ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N° 339/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Realizada na modalidade presencial, no dia 13 de maio de 2025, às 9h, no Prédio HS Center, sala 3 - 1°andar, localizado na Rua Coronel Durães, 170, Bela Vista, no Município de Lagoa Santa com a participação das representantes da Secretaria Executiva, Sras. Claudia Ursini e Lorena Rodrigues e os demais participantes relacionados a seguir: **Representantes do Governo**: **1.** Gabriela Caroline Marques Noronha (Diretoria Municipal de Turismo e Cultura); **2.** Natália Chitarra Diniz Félix (Diretoria Municipal de Esporte e Lazer); **3.** Patrícia Aparecida Martins (Diretoria Municipal de Desenvolvimento Social); **4.** Mayra Moreira dos Santos (Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão); **5.** Vanessa Corrêa Borges (Secretaria Municipal de Educação); **6.** Paula Veloso F. de Tolentino (Secretaria Municipal de Saúde). **Representantes da Sociedade Civil: 1.** Marília Daibert de Freitas (Casa do Saber); **2.** Jean Félix dos Santos (GEAA); **3.** Paulo Roberto M. do Prado (Conviver Saber Social); **4.** Thauanny Priscila Silva Ribeiro (Instituto Resgate); **5.** Anielle Brant Lorenzatto (APAE); **6.** Natália Gomes (Projeto Ninho). **Convidados: 1.** Tânia Lúcia Egídio (Conselho Tutelar); 2. Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo; 3. Juliana Alves Pereira (Secretaria Municipal de Bem Estar Social); 4. Sidney Eustáquio Ferreira Alexandre (Secretaria Municipal de Bem Estar Social). **PAUTAS: 1.** Ler a resolução 14/2023 CONANDA para olhar pontos a mudar que dispõe registro de entidades; **2.** Edital FIA; **3.** Relatório do conselho tutelar. **INFORMES GERAIS: 1.** Alteração do Regimento Interno – Mesa Diretora; **2.** Elaboração do Plano de Ação 2025 pautado no Plano Decenal – Mesa Diretora; **3.** Processo eleitoral para recomposição do Conselho Tutelar; **4.** Recomposição do Comitê de Escuta Especializada; **5.** Nova Resolução para determinar o tempo para utilização dos recursos captados via FMDCA (Baseado na Resolução nº 137 – CONANDA); **6.** Composição do Comitê de Participação de Adolescentes. **Desenvolvimento:** A Sra. Marília deu início à reunião cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, a Sra. Cláudia realizou a leitura do regimento interno, destacando os pontos referentes à voz e voto, bem como orientações sobre o envio, por parte dos representantes governamentais, das declarações de comparecimento nas reuniões deste Conselho, para

inserção no sistema de ponto. A Sra. Cláudia também sugeriu a reorganização da distribuição dos conselheiros no local das reuniões. A Sra. Marília reforçou a necessidade de que as entidades entreguem a documentação para renovação do registro junto ao conselho, visto que quase todas já estão com o registro vencido desde Abril/2025. A Sra. Paula questionou se esse registro influencia na constituição do conselho, ao que a Sra. Marília respondeu afirmativamente, explicando que somente é considerado conselheiro representante de entidade aquele que possui certificado emitido pelo conselho. **Pauta 3:** A advogada, procuradora do Instituto Resgate, Sra. Iglesias entregou uma procuração à Secretaria Executiva, declarando que falaria em nome do Instituto Resgate, e solicitou, no início da plenária e antes dos demais conselheiros, acesso ao relatório enviado pelo Conselho Tutelar sobre diversas denúncias, questionando se o pedido seria deferido. A Sra. Marília informou que o documento havia sido entregue a ela e que, portanto, cabia a mesma decidir a quem o repassaria. A procuradora afirmou que negar acesso ao documento configuraria abuso de autoridade por se tratar de uma advogada. A Sra. Patrícia explicou que o relatório foi direcionado à presidência, não ao conselho em geral, e que caberia à presidente decidir sobre o repasse do conteúdo, inicialmente não previsto para distribuição ampla. A Sra. Marília acrescentou que o relatório não diz respeito ao Instituto Resgate nem à prefeitura e que envolve menções a crianças em situação grave e para resguardar essas crianças, não seria adequado divulgar o relatório neste momento. Comentou ainda que o Instituto Resgate costuma trazer questões de sua própria gestão e problemas com a administração pública municipal para o âmbito da plenária e reforçou que, quando houver deliberação necessária, o documento será compartilhado com os conselheiros. Informou que haverá uma audiência concentrada no dia 29 de maio de 2025 para tratar especificamente sobre as crianças abrigadas. A procuradora insistiu que o assunto constava na pauta. A Sra. Patrícia afirmou que, mesmo estando na pauta, o relatório não seria lido em sua totalidade na plenária e que, caso a procuradora desejasse acesso, deveria solicitá-lo diretamente ao Ministério Público. A Sra. Paula comentou que não se deveria expor o conteúdo do relatório, visto que medidas ainda seriam avaliadas pela Secretaria de Bem-

Estar e pelo Ministério Público. Ressaltou que o tema constou na pauta apenas para notificar a entrega do documento. A Sra. Marília declarou que, caso a procuradora desejasse abrir um processo, responderia formalmente. A Sra. Patrícia reiterou que o acesso ao relatório poderia ser solicitado ao Ministério Público. A Sra. Marília reforçou que sua prioridade é o cuidado e proteção de crianças e adolescentes. A procuradora comunicou que não permaneceria na plenária, considerando o ponto de pauta tratado, e solicitou acesso à ata. A Sra. Marília explicou como se dá a elaboração da ata e propôs que os presentes se apresentassem. A procuradora se retirou da reunião. **Pauta 1:** A Sra. Cláudia leu a Resolução 014/2023. A Sra. Marília comentou sobre a extensão da reunião anterior da mesa diretora e sugeriu a criação de nova comissão para tratar de assuntos específicos. A Sra. Cláudia observou que a resolução atual exige poucos documentos para a renovação do registro e a Sra. Marília considerou interessante incluir a apresentação das certidões negativas (CNDs), mencionando que a documentação poderia ser recebida por via eletrônica. A Sra. Cláudia leu os pontos que seriam submetidos à votação. O Sr. Paulo esclareceu que o item referente à CND federal já contemplava outro item. A Sra. Marília considerou negativa a exigência de relatório dos últimos dois anos e sugeriu que a exigência passasse a ser anual. A Sra. Cláudia questionou se a manutenção do registro deveria permanecer como está ou se deveria ser alterada para periodicidade anual, observando que isso aumentaria o volume de trabalho para o conselho. Após votação, a Sra. Marília manteve o modelo atual, mas solicitou que o plano de ação fosse apresentado anualmente. A Sra. Cláudia solicitou que os documentos fossem enviados eletronicamente, em um único arquivo e em ordem, para facilitar os trabalhos. **Pauta 2**: Sobre o edital FIA, a Sra. Marília informou que o edital foi elaborado pela prefeitura e será assinado pela Sra. Paula, pois a própria Sra. Marília participará do edital, o que a impede de assiná-lo. A Sra. Patrícia explicou que consultou o jurídico, que confirmou a impossibilidade de assinatura por quem participará da seleção. Informou também a data da próxima reunião e a possível convocação de uma reunião extraordinária para aprovação do referido Edital. Ressaltou que não faria sentido passar o edital pela plenária, considerando que as instituições

participantes teriam de aprovar um edital do qual fazem parte. O Sr. Paulo sugeriu que o edital poderia ser votado na plenária, com abstenção das instituições participantes, deixando a votação para os representantes governamentais. A Sra. Marília sugeriu que fosse feito de forma online e questionou sobre o valor e o objeto do edital. Comentou que os projetos que apresentassem plano de trabalho em regiões sem atuação atual de entidades ganhariam um ponto extra e lembrou que, no ano anterior, foram selecionados quatro projetos de R$100.000,00. A Sra. Marília sugeriu que cada instituição apresente apenas um plano de trabalho e observou que o número reduzido de instituições no município permite a seleção de mais projetos. O Sr. Paulo propôs que, caso nenhuma instituição fosse contemplada, o edital fosse direcionado exclusivamente àquelas que atuam em regiões sem projetos. O Sr. Jean sugeriu que a prioridade fosse dada a instituições que ainda não atuam nessas regiões e que, caso não houvesse interessados, outras instituições poderiam ser incluídas. Propôs ainda a realização de um mapeamento. A Sra. Marília propôs que fossem selecionados quatro projetos de R$150.000,00, contemplando duas regiões. A Sra. Natália destacou a necessidade de captar novas instituições que ainda não integram o conselho. A Sra. Marília esclareceu que instituições podem ser cadastradas com um ano de funcionamento e que, para obter o certificado de captação, é necessário dois anos. A Sra. Patrícia reforçou a sugestão do Sr. Jean para mapear as instituições ainda não vinculadas ao conselho. A Sra. Patrícia informou que a comissão está organizando-se para ter clareza sobre os valores disponíveis no fundo. A Sra. Cláudia propôs que fosse votado com base nas informações já disponíveis, mas decidiu-se aguardar a definição dos valores, que estão sendo analisados pela Comissão de Financiamento e Orçamento. A Sra. Marília alertou para a necessidade de agilizar o processo, visto que esse ponto vem sendo adiado desde o ano anterior. A Sra. Cláudia comunicou que a Secretaria Executiva levantou a questão dos mandatos da mesa diretora, que se encerram em agosto, e que isso deverá constar em pauta. No que se refere ao relatório do Conselho Tutelar, não houve encaminhamentos registrados. **Informes gerais**: A Sra. Paula convidou todos para a concentração do dia 21 em comemoração ao dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. A

Sra. Marília reforçou que o dia 18 também marca a luta contra o abuso e a violência contra crianças e adolescentes. A Sra. Patrícia informou que a prefeitura já está organizando um evento. A Sra. Marília e a Sra. Vanessa se colocaram à disposição para realizar ações conjuntas com a gestão. A Sra. Patrícia sugeriu que o Conselho da Criança envie um ofício à Secretaria de Bem-Estar manifestando interesse em participar de eventos sobre a causa e tal envio ficou deliberado. **2.** Sobre a elaboração do Plano de Ação 2025, ficou definido que a responsabilidade é da mesa diretora. **3**. A respeito do processo eleitoral para recomposição do Conselho Tutelar, a Sra. Marília declarou que o processo está sendo um fracasso. A Sra. Cláudia informou que, até o momento, havia apenas uma inscrição. A Sra. Marília, a Sra. Paula e a Sra. Thauanny sugeriram intensificar a divulgação. A Sra. Cláudia lembrou que as inscrições se encerram no dia 16. A Sra. Marília falou da dificuldade em encontrar candidatos, inclusive para titulares. A Sra. Paula questionou sobre a possibilidade de prorrogação do prazo de inscrições. A Sra. Patrícia solicitou que a Secretaria Executiva envie um ofício para a Secretaria de Assuntos Jurídicos questionando o que fazer, caso não tenha candidatos suficientes para a recomposição dos membros suplentes do Conselho Tutelar. A Sra. Cláudia sugeriu aguardar o encerramento do prazo e, posteriormente, consultar o jurídico sobre possíveis medidas. **4.** Sobre a recomposição do Comitê de Escuta Especializada, a Sra. Marília informou que o conselho aguarda respostas das secretarias, tendo apenas a Secretaria de Saúde enviado representante. A Sra. Patrícia sugeriu que a secretaria executiva cobrasse o retorno dos ofícios solicitando indicação de representantes. **5.** Quanto à alteração da resolução que versa sobre o funcionamento do FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, principalmente no que tange o prazo de utilização dos recursos captados via fundo, com base na Resolução nº 137 do CONANDA, a Sra. Cláudia explicou como funciona a capacitação do fundo e mencionou que, apesar de iniciada, ainda não foi finalizada. Destacou que a instituição Ninho recebe muitas doações de pequeno valor e que seus projetos, geralmente de valores altos, exigem maior prazo para utilização. O Sr. Paulo questionou se o prazo contaria a partir do repasse ou da entrada no fundo. A Sra. Cláudia

explicou que o prazo começa quando o valor é creditado no fundo e que a instituição, então, apresenta um plano de trabalho, que caso aprovado, a instituição pode receber o repasse. A Sra. Natália mencionou empresas que fazem doações mensais à instituição Ninho em valores reduzidos. Foi sugerido um prazo de um ano e o Sr. Jean informou que a comissão está estudando essa alteração. **6.** Sobre a composição do Comitê de Participação de Adolescentes, a Sra. Cláudia informou que a resolução ainda não foi finalizada. Leu o modelo da resolução e alertou que o conselho está atuando de forma irregular, sendo essa uma pauta urgente. A Sra. Natália declarou que está elaborando um plano para mobilização das crianças e adolescentes, conforme discutido em reuniões anteriores. A Sra. Cláudia lembrou que o Sr. Jean havia ressaltado a necessidade de primeiro elaborar a resolução que regulamenta o comitê para depois compor. A Sra. Marília questionou qual comissão seria responsável pela pauta. A Sra. Cláudia leu as atribuições das comissões e o Sr. Jean informou que o tema será tratado na reunião da comissão de planejamento, fundo e políticas públicas. Foi lido ofício da entidade ADRA informando mudança de endereço para Rua Juquita Alves Teixeira. Também foi informado que a ADRA enviou documentação para registro no conselho, mas que ainda faltam documentos complementares, o qual se comprometeu a enviar. A Sra. Marília encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Lorena Rodrigues, encerro a presente ata que será lida e assinada pelos (as) participantes:

Natália Chitarra Diniz Félix _____

Paula Veloso F. de Tolentino _____

Paulo Roberto M. do Prado _____

Anielle Brant Lorenzatto _____

Natália Gomes _____

Gabriela Caroline Marques Noronha _____

Mayra Moreira dos Santos_____

Jean Félix dos Santos_____

Marília Daibert de Freitas_____

Vanessa Corrêa Borges_____

Patrícia Aparecida Martins_____

Thauanny Priscila Silva Ribeiro_____

Lorena Rodrigues Vasconcelos de Paula_____

Claudia Ursini Queiroga_____